



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

### NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e consistem em informações complementares às apresentadas nos quadros das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações, considerando os mais diversos usuários. Por isso, são claras, sintéticas e objetivas. Incluem informações exigidas pela legislação e outras consideradas relevantes, que não tenham sido suficientemente evidenciadas ou que não estão inseridas nas demonstrações. Este relatório está estruturado em quatro seções: informações gerais, políticas contábeis, demonstrativos contábeis e informações relevantes e declarações de regularidade de inventário.

#### 1. Informações Gerais

O Tribunal de Justiça é um órgão do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, cadastrado no CNPJ sob o nº 83.845.701/0001-59, com sede na Rua Álvaro Millen da Silveira, 208, Centro, Florianópolis, SC, e estabelecimentos distribuídos por todo o estado catarinense, num total de 111 Comarcas constituídas.

São órgãos de julgamento do Tribunal de Justiça:

- a) o Tribunal Pleno - composto por todos os membros da Corte e convocado mediante sessão extraordinária;
- b) o Órgão Especial - composto por 25 membros e com competência prevista no art. 6º do Ato Regimental 146/2016;
- c) os grupos de câmaras e a Seção Criminal;
- d) as câmaras civis isoladas (seis de Direito Civil, cinco de Direito Comercial, cinco de Direito Público, cinco Criminais e uma Especial para enfrentamento de acervo remanescente); e
- e) o Conselho da Magistratura - composto por 12 membros e com competência discriminada no art. 6º de seu regimento.

A organização da Justiça nos Estados orienta-se pelas normas estabelecidas na Constituição Federal (artigos 93, 94, 96, III, 98, 100 e 125), pelas contidas na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) e pelas disposições da Constituição do Estado de Santa Catarina. O art. 77 da Constituição Estadual enumera os órgãos que integram o Poder Judiciário do Estado: "I - o Tribunal de Justiça; II - os Tribunais do Júri; III - os Juizes de Direito e os Juizes Substitutos; IV - a Justiça Militar; V - os Juizados Especiais e as Turmas de Recursos; VI - a Câmara Regional de Chapecó; VII - os Juizes de Paz; VIII - outros órgãos instituídos em lei".

#### 2. Políticas Contábeis

O Tribunal de Justiça vem, desde 2010, implementando ações, tendo em vista a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o atendimento às determinações da Secretaria do Tesouro Nacional. As demonstrações contábeis presentes nesta Prestação de Contas estão em conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis e foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF). A unidade monetária considerada nos demonstrativos é o real. A Prestação de Contas é composta pelos seguintes relatórios:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das variações Patrimoniais;
- Balanço Financeiro;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Balancetes e relatórios complementares;
- Notas Explicativas.

A normas sobre depreciação, amortização e exaustão dos bens do Poder Judiciário foram instituídas pela Resolução nº 34/2011 GP. O objetivo foi atender o inciso VI, § 3º, art. 50, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; o art. 103 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964; as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT-SP); bem como os Princípios de Contabilidade. Por isso, a conta de Depreciação Acumulada apresenta valores referentes aos bens adquiridos a partir de janeiro de 2010. Pela norma interna, ficaram dispensados desses procedimentos os bens na seguinte situação:

- I - vida útil inferior a um ano;
- II - valor inferior a mil reais;
- III - natureza cultural, interesse histórico, entre outros;
- IV - de uso comum, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
- V - que não estejam alugados ou em uso;
- VI - terrenos.

O método de depreciação e amortização é o de quotas constantes. O valor residual (calculado sobre o valor de aquisição), a vida útil e as taxas de depreciação e amortização aplicadas são apresentadas no Quadro 1.

Imobilizado	Vida Útil em anos	VI. Residual %	Depreciação %
Edificações	25	10%	4,0%
Instalações	10	10%	10,0%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10	10%	10,0%
Equipamentos de Tecnologia da Informação	5	10%	20,0%
Móveis e Utensílios	10	10%	10,0%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10%	10,0%
Máquinas e Utensílios de Escritório	10	10%	10,0%
Mobiliário em Geral	10	10%	10,0%
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20%	10,0%
Coleções de Materiais Bibliográficos	10	0%	10,0%
Discotecas e Filmotecas	5	10%	20,0%
Veículos Diversos	15	10%	6,7%
Veículos de Tração Mecânica	15	10%	6,7%
Veículos de Uso da Secretaria	5	20%	20,0%
Veículos de Carga	4	25%	25,0%
Softwares	5	-	20,0%

**Quadro 1: Taxas diversas do imobilizado.**

O ajuste a valor realizável dos bens moveis e imóveis adquiridos, recebidos em doação ou construídos, em período anterior a 2010, foram reavaliados e ajustados a valor recuperável em 2015, nos termos da Resolução nº 34/2011 GP. O trabalho foi realizado por uma Comissão Especial, nomeada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, composta por servidores das áreas de Contabilidade, Engenharia, Tecnologia da Informação e Patrimônio.

Os laudos de Reavaliação foram entregues pela Comissão no mês de dezembro de 2015, porém, devido a problemas do Sistema de Patrimônio, não foram contabilizados. Devido ao tempo decorrido, é recomendado nova avaliação desses bens, tendo em vista mudanças de natureza qualitativa e quantitativa, conforme recomendam as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### 3. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES RELEVANTES

#### 3.1 Balanço Financeiro

Este demonstrativo apresenta as receitas e despesas para os exercícios de 2018 e 2017, conforme determina a Lei nº 4.320/64 e as normas da STN (ver quadro 2). Observa-se que no exercício de 2017 não constam receitas orçamentárias, haja vista que eram integralmente registradas no Tesouro do Estado. Em 2018, houve mudança de critério quanto às receitas arrecadadas pelo próprio TJ, como rendimentos bancários, ressarcimentos, entre outras, que passaram a ser contabilizadas como receita orçamentária. As demais, arrecadadas pelo Tesouro, continuaram com a metodologia anterior, sendo repassadas ao TJ e apresentadas na conta Transferências Recebidas para Execução Orçamentária. Também constam nessa conta os repasses efetuados pelo Tesouro para o pagamento de Precatórios. A rubrica relativa a pagamentos restituíveis e valores vinculados incluem, principalmente, os desembolsos referentes a depósitos judiciais, precatórios extraorçamentários e retenções tributárias.

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>121.937.476,98</b>	-
Ordinária	95.111.213,93	-
Vinculada	26.826.263,05	-
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	746.302,20	-
Outras Vinculações de Recursos	26.079.960,85	-
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>2.056.050.862,82</b>	<b>2.511.341.674,86</b>
Transf. Recebidas para a Execução Orçamentária	1.890.078.460,45	2.407.592.481,95
Transf. Recebidas Indep. da Execução Orçamentária	165.972.402,37	103.749.192,91
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>4.254.438.828,47</b>	<b>3.476.015.240,91</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	14.296.006,41	22.664.306,51
Inscrição de Restos a Pagar Processados	-	56.483.510,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.240.142.822,06	3.396.867.423,87
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>6.116.686.358,62</b>	<b>5.835.193.225,57</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	6.116.686.358,62	5.835.193.225,57
<b>TOTAL (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>12.549.113.526,89</b>	<b>11.822.550.141,34</b>
<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>2.156.730.216,53</b>	<b>2.162.922.008,67</b>
Ordinária	1.689.029.431,16	1.765.528.333,17
Vinculada	467.700.785,37	397.393.675,50
Recursos Vinculados à Previdência Social	223.291.444,57	199.492.552,56
Recursos Vinculados à Assistência Social	15.199.790,05	16.966.335,87
Recursos Vinculados à Cultura, Turismo e Esporte	9.855.860,92	10.963.757,88
Outras Vinculações de Recursos	219.353.689,83	169.971.029,19
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>179.453.483,99</b>	<b>103.749.192,91</b>
Transf. Concedidas p/ Execução Orçamentária	13.481.081,62	-
Transf. Concedidas Indep. Da Execução Orçamentária	165.972.402,37	103.749.192,91
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>4.021.307.292,40</b>	<b>3.439.192.581,14</b>
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	11.711.451,88	6.272.838,93
Pagamento de Restos a Pagar Processados	56.483.510,53	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.953.112.329,99	3.432.919.742,21
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>	<b>6.191.622.533,97</b>	<b>6.116.686.358,62</b>
Caixa e Equivalente de Caixa	6.191.622.533,97	6.116.686.358,62
<b>TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)</b>	<b>12.549.113.526,89</b>	<b>11.822.550.141,34</b>

Quadro 2: Balanço Financeiro.

As rubricas desta demonstração, no entanto, não demonstram a efetiva movimentação financeira quanto à execução orçamentária. Observa-se que as despesas orçamentárias são compostas pelo total empenhado no exercício, R\$ 2.156.730.216,53, conforme pode-se verificar no balanço orçamentário (ver quadro 5). Desse montante, R\$ 14.296.006,41 não foram pagas, mas inscritas em restos a pagar, constando também em Recebimentos Extraorçamentários.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Nesse balanço, estão expressos ainda os valores da execução extraorçamentária, de modo que o resultado, R\$ 6.191.622.533,97, equivale ao saldo bancário disponível em 31.12.2018, conforme demonstra-se no Quadro 3.

Conta Bancária	Descrição	Saldo em 31/12 de	
		2018	2017
30000-4 - BB	Transferências para execução orçamentária e receitas próprias	72.876.291,88	126.644.405,72
33000-0 - BB	Rendimentos de Depósitos Judiciais - Spred	187.588.049,65	242.742.259,42
38000-8 - BB	Depósitos Judiciais	1.827,26	-
7-7 - CEF	Depósitos Judiciais	5.603.351.616,51	5.343.704.188,91
24-7 - CEF	Depósitos de precatórios do Estado	260.265.166,99	363.484.592,45
23-9 - CEF	Depósitos de precatórios dos Municípios	66.240.180,93	38.746.649,85
Contas Diversas	Cauções	1.299.400,75	1.364.262,27
<b>Total Geral</b>		<b>6.191.622.533,97</b>	<b>6.116.686.358,62</b>

**Quadro 3: Demonstrativos da disponibilidade bancária.**

### 3.2 Balanço Orçamentário

Este demonstrativo apresenta o resultado da execução orçamentária e dos restos a pagar. É composto pelos quadros da Receita Orçamentária, Despesas Orçamentárias e Restos a Pagar não Processados (Quadros 4 a 6).

Valores em R\$

Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo
<b>Receitas Correntes</b>	<b>115.720.000,00</b>	<b>115.720.000,00</b>	<b>121.191.174,78</b>	<b>5.471.174,78</b>
Receita patrimonial	115.720.000,00	115.720.000,00	121.034.479,57	5.314.479,57
Outras receitas correntes	-	-	156.695,21	156.695,21
<b>Receitas de Capital</b>	-	-	<b>746.302,20</b>	<b>746.302,20</b>
Alienação de bens	-	-	746.302,20	746.302,20
<b>Total Receitas</b>	<b>115.720.000,00</b>	<b>115.720.000,00</b>	<b>121.937.476,98</b>	<b>6.217.476,98</b>
Déficit	-	-	2.034.792.739,55	2.034.792.739,55
<b>Superávit Financeiro</b>	-	<b>546.632.973,76</b>	<b>387.235.779,43</b>	-

**Quadro 4: Balanço Orçamentário: Receitas Orçamentárias.**

As receitas realizadas, constantes no balanço orçamentário, importaram em R\$ 121.937.476,98, que somadas ao repasse para execução orçamentária, no valor de R\$ 1.890.078.460,45, totalizaram R\$ 2.012.015.937,43, enquanto as despesas liquidadas e pagas atingiram R\$ 2.142.434.210,12, que somadas aos restos a pagar executados no período, totalizaram R\$ 2.210.629.172,53. Portanto, observa-se que o déficit efetivo foi de R\$ 198,6 milhões, representando aproximadamente 10% de gastos superiores às receitas arrecadadas. No exercício anterior, esse resultado foi superavitário em R\$ 250 milhões.

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
<b>Despesas correntes</b>	<b>2.012.621.724,00</b>	<b>2.356.802.034,57</b>	<b>2.140.721.279,99</b>	<b>2.129.039.326,81</b>	<b>2.129.039.326,81</b>	<b>216.080.754,58</b>
Pessoal/enc. sociais	1.378.077.278,00	1.800.581.669,62	1.701.963.590,53	1.701.963.590,53	1.701.963.590,53	98.618.079,09
Out. desp. correntes	634.544.446,00	556.220.364,95	438.757.689,46	427.075.736,28	427.075.736,28	117.462.675,49
<b>Desp. de capital</b>	<b>14.281.812,00</b>	<b>37.919.651,44</b>	<b>16.008.936,54</b>	<b>13.394.883,31</b>	<b>13.394.883,31</b>	<b>21.910.714,90</b>
Investimentos	14.271.812,00	37.909.651,44	16.008.936,54	13.394.883,31	13.394.883,31	21.900.714,90
Inv. financeiras	10.000,00	10.000,00	-	-	-	10.000,00
<b>Total Despesas</b>	<b>2.026.903.536,00</b>	<b>2.394.721.686,01</b>	<b>2.156.730.216,53</b>	<b>2.142.434.210,12</b>	<b>2.142.434.210,12</b>	<b>237.991.469,48</b>
Superávit	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2.026.903.536,00</b>	<b>2.394.721.686,01</b>	<b>2.156.730.216,53</b>	<b>2.142.434.210,12</b>	<b>2.142.434.210,12</b>	<b>237.991.469,48</b>

**Quadro 5: Balanço Orçamentário: Despesas Orçamentárias.**

Os Restos a Pagar Processados inscritos no exercício anterior e pagos em 2018 totalizaram R\$ 56.483.510,53, enquanto os Restos a Pagar não Processados totalizaram R\$ 11.711.451,88, conforme demonstra-se no Quadro 6.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Restos a Pagar Processados e não Processados	INSCRITOS		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31/Dez Ex. Anterior				
<b>Despesas Correntes</b>	-	<b>69.918.396,72</b>	<b>63.479.599,84</b>	<b>63.479.599,84</b>	<b>6.502.694,28</b>	-
Pessoal/Encargos Sociais	-	56.515.459,23	56.515.459,23	56.515.459,23	-	-
Outras Desp. Correntes	-	13.434.886,19	6.932.191,91	6.932.191,91	<b>6.502.694,28</b>	-
<b>Despesas de Capital</b>	-	<b>9.197.471,62</b>	<b>4.747.311,27</b>	<b>4.747.311,27</b>	<b>4.450.160,35</b>	-
Investimentos	-	<b>9.197.471,62</b>	4.747.311,27	4.747.311,27	<b>4.450.160,35</b>	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>79.147.817,04</b>	<b>68.194.962,41</b>	<b>68.194.962,41</b>	<b>10.952.845,63</b>	-

Quadro 6: Balanço Orçamentário: Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Observa-se que, do total de restos a pagar inscritos, R\$ 79,15 milhões, foram executados R\$ 68,19 milhões, ou seja, 86%. As despesas com pessoal e encargos sociais foram integralmente pagas. No entanto, referente às demais despesas correntes e de capital, aproximadamente 50% foram inscritas em dezembro de 2018 e canceladas em janeiro de 2019. Por isso, esses recursos somente poderão ser utilizados no orçamento de 2020.

### 3.3 Balanço Patrimonial

Esta demonstração apresenta a posição patrimonial em 31 dezembro de 2018 e 2017. No ativo, estão demonstradas as contas que representam os recursos aplicados nas atividades do órgão e no passivo, as origens desses recursos. No quadro 7, apresenta-se o Balanço Patrimonial.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVO</b>	<b>6.714.210.038,69</b>	<b>6.691.598.982,65</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>6.225.535.416,62</b>	<b>6.169.643.309,86</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.191.622.533,97	6.116.686.358,62
Créditos Decorrentes da Participação na RLD	24.223.116,91	40.500.693,31
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	-	1.630,00
Estoques	8.200.691,22	10.283.301,26
Prêmios de Seguros a Apropriar	44,88	7.630,56
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	14.132,32	92.766,41
Adiantamentos Concedidos a Fornecedores	1.474.897,32	2.070.929,70
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>488.674.622,07</b>	<b>521.955.672,79</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>88.281,88</b>	<b>88.281,88</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>439.737.295,87</b>	<b>464.574.319,18</b>
Bens Móveis	247.816.797,24	259.435.745,52
Bens Imóveis	298.866.879,50	290.508.272,95
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas	- 106.946.380,87	- 85.369.699,29
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>48.849.044,32</b>	<b>57.293.071,73</b>
Softwares	108.774.944,54	97.422.100,44
(-) Amortização Acumulada	- 59.925.900,22	- 40.129.028,71
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6.714.210.038,69</b>	<b>6.691.598.982,65</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>5.935.221.518,37</b>	<b>5.804.772.114,26</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a CP	921.075,76	2.003.804,68
Precatórios de Fornecedores a Curto Prazo	66.074,49	66.074,49
Valores Restituíveis	5.670.893.093,72	5.383.862.601,65
Outras Obrigações a Curto Prazo	263.341.274,40	418.839.633,44
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>6.080.584,64</b>	<b>2.339.318,75</b>
Precatórios de Pessoal a Pagar	6.080.584,64	2.339.318,75
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>772.514.023,29</b>	<b>884.487.549,64</b>
Resultados Acumulados	772.514.023,29	884.487.549,64

Quadro 7: Balanço Patrimonial.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

As disponibilidades financeiras estão registradas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que contém recursos próprios, 4%, e de terceiros, 96%. No exercício anterior, essa relação era de 6% para 94%.

Nas contas de direitos a curto prazo, os créditos decorrentes da participação na RLD, no valor de R\$ 24.223.116,91 deverão ser cancelados a título de dedução de precatórios, pagos pelo Tesouro do Estado, referentes a servidores do Poder Judiciário. O saldo da conta de adiantamentos concedidos a fornecedores, no valor de R\$ 1.474.897,32, se refere ao contrato de manutenção celebrado com a empresa Elosoft Informática Ltda, CNPJ 86.975.547/0001-28, para o período janeiro de 2019 a junho de 2020.

Na conta Estoques, referente a 2018, estão registrados materiais de consumo e bens móveis, no valor de R\$ 3.796.104,18 e R\$ 4.404.587,04, respectivamente, os quais se encontravam depositados no Almoarifado Central, na data de fechamento do balanço.

A conta investimentos se refere a participações em companhias de telefonia, avaliadas pelo método de custo e o imobilizado se subdivide em Bens Móveis, Imóveis e Depreciação Acumulada. A classificação dos bens móveis está demonstrada no Quadro 8.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Bens Móveis</b>	<b>247.816.797,24</b>	<b>259.435.745,52</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	37.649.312,40	38.453.029,39
Equipamentos de Tecnologia da Informação	125.058.908,65	120.528.653,47
Móveis e Utensílios	72.453.905,13	71.458.054,15
Aparelhos e Utensílios Domésticos	579.486,13	508.094,67
Máquinas e Utensílios de Escritório	13.852.749,36	14.207.505,75
Mobiliário em Geral	58.021.669,64	56.742.453,73
Coleções e Materiais Bibliográficos	666.935,70	15.274.431,58
Obras de Arte e Peças para Exposição	1.080,07	43.457,47
Veículos em Geral	249.949,99	249.949,99
Veículos de Tração Mecânica	11.736.705,30	13.428.169,47

**Quadro 8: Bens Imóveis.**

Os bens imóveis são compostos por edificações e terrenos, além dos bens em construção e de benfeitorias em propriedades de terceiros, conforme demonstra o Quadro 9.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
<b>Bens Imóveis</b>	<b>298.866.879,50</b>	<b>290.508.272,95</b>
<b>Bens de Uso Especial</b>	<b>295.908.483,61</b>	<b>287.549.877,05</b>
Edificações	240.453.348,15	232.294.741,60
Terrenos	55.255.135,46	55.255.135,45
<b>Bens Imóveis em Andamento</b>	<b>2.950.400,89</b>	<b>2.950.400,89</b>
Obras em Andamento	2.935.670,89	2.935.670,89
Estudos e Projetos	14.730,00	14.730,00
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	7.995,00	7.995,00

**Quadro 9: Bens Imóveis.**

Na conta Bens Imóveis em Andamento estão classificadas edificações em uso, no valor de R\$ 2.950.400,89, por deficiência do sistema de patrimônio. Pelo mesmo motivo, os bens reavaliados em 2015 ainda não foram contabilizados. As obras em andamento estão detalhadas no Quadro 10.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Casa da Cidadania de Laurentino	299.894,14	299.894,14
Casa da Cidadania de Piratuba	16.058,61	16.058,61
Casa da Cidadania de Victor Meirelles	252.203,46	252.203,46
Casa da Cidadania de Witmarsun	296.080,61	296.080,61
Reforma Gráfica	454.277,98	454.277,98
Reforma Academia Judicial - Ed. Almirante Lamego	1.631.886,09	1.631.886,09

**Quadro 10: Obras em andamento.**

O saldo das contas de depreciação acumulada, em 2018, atingiu R\$ 106.946.380,87, conforme se demonstra no Quadro 11.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>106.946.380,87</b>	<b>85.369.699,29</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada - Bens Móveis</b>	<b>93.132.445,11</b>	<b>76.090.855,92</b>
(-) Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	7.474.306,22	5.926.510,22
(-) Equipamentos de Tecnologia da Informação	68.461.733,53	54.806.547,67
(-) Móveis e Utensílios	10.955.877,81	8.807.627,51
(-) Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	6.191,01	16.267,85
(-) Veículos	6.234.336,54	6.533.902,67
<b>(-) Depreciação/Amortização Acumulada - Bens Imóveis</b>	<b>13.813.935,76</b>	<b>9.278.843,37</b>
(-) Deprec. Acum. - Bens de Uso Especial	13.809.172,66	9.276.121,47
(-) Deprec. Acum. Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	4.763,10	2.721,90

**Quadro 11: Depreciação/Amortização Acumuladas.**

No intangível, estão registrados softwares adquiridos ou desenvolvidos desde de janeiro de 2010, no valor de R\$ 108.774.944,54, cuja amortização acumulada é de R\$ 59.925.900,22. Os demais bens dessa natureza, referentes a períodos anteriores, ainda não foram identificados e avaliados para fins de registro.

As obrigações com vencimento a curto e longo prazo estão registradas nas contas do passivo. As primeiras referem-se, sobretudo, a depósitos judiciais e precatórios extraorçamentários e as de longo prazo, a precatórios do Estado. A conta Valores Restituíveis totaliza R\$ 5.670.893.093,72. As cauções referem-se a garantias contratuais e os depósitos para pagamento de precatórios são oriundos de municípios e órgãos federais, cujo detalhamento se encontra no Quadro 12.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Cauções	1.299.400,75	1.364.262,27
Depósitos Judiciais	5.603.353.443,77	5.343.704.188,91
Depósitos para Pagamento de Precatórios	66.240.249,20	38.792.390,47
Outros depósitos	-	1.760,00

**Quadro 12: Valores Restituíveis.**

Da conta Depósitos Recebidos por Determinação Judicial, foram deduzidas as transferências realizadas ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina, nos termos das Emenda Constitucional 94/2016, conforme demonstra-se no Quadro 13.

Ente Federado	Proc.Administrativo	Data Transferência	Saldo Atualizado
Estado de Santa Catarina/PE	35090/2017	07/12/2017	543.770.630,24
Município de Araranguá	1183/2018	30/01/2018	3.098.017,88
Município de Chapecó	45608/2017	22/01/2018	15.440.504,84
Município de Criciúma	41670/2017	02/03/2018	16.293.622,26
Município de Florianópolis	1810/2018	30/01/2018	34.782.538,69
Município de Içara	47095/2017	20/12/2017	1.930.289,80
Município de Lauro Muller	4591/2018	27/07/2018	181.644,55
Município de Monte Carlo	43931/2017	20/08/2018	175.905,57
Município de Siderópolis	42755/2017	10/04/2018	1.093.932,80
Município de Tubarão	41482/2017	10/04/2018	1.943.780,08
<b>Total</b>			<b>628.710.866,71</b>

**Quadro 13: Depósitos judiciais de terceiros.**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Esses valores estão demonstrados no Balanço Patrimonial por meio de contas redutoras e se referem a depósitos realizados por terceiros. Por isso, os entes beneficiados deverão devolvê-los, atualizados, em parcelas mensais, no prazo de dez anos, iniciando-se em 31/01/2021.

Além desses recursos, foram transferidos ao Poder Executivo e a Municípios do Estado de Santa Catarina valores oriundos da mesma conta, com base na Lei Complementar 151/2015 e Lei 11.429/2006. Porém, são oriundos de depósitos realizados pelos próprios entes em decorrência de determinação judicial, conforme se demonstra no Quadro 14.

Ente Federado	Saldo dos depósitos Judiciais (100%)	Valor da Transferência	Fundo de Reserva em 31/12/2018
Poder Executivo – Lei 10.482/2002	192.229.287,68	153.783.430,15	52.599.805,34
Poder Executivo – Lei 11.429/2006, LCP n. 151/2015	215.724.212,13	151.006.948,49	64.506.527,96
Município de Araranguá	4.144.836,71	2.901.385,70	1.259.482,68
Município de Balneário Camboriu	4.418.332,63	3.092.832,84	1.327.741,48
Município de Blumenau	18.432.510,49	12.902.757,34	5.610.017,79
Município de Campos Novos	26.009.751,89	18.206.826,32	8.286.988,25
Município de Chapecó	11.364.332,58	7.955.032,81	2.766.049,66
Município de Criciúma <sup>3</sup>	1.112.083,81	778.458,67	287.695,07
Município de Florianópolis	10.165.581,72	7.115.907,20	3.360.980,20
Município de Imbituba	71.823,98	50.276,79	21.649,85
Município de Indaial	32.643,48	22.850,44	9.976,48
Município de Joinville	15.854.728,57	11.098.310,00	4.921.078,81
Município de Lages	2.048.758,53	1.434.130,97	658.253,60
<b>Total</b>	<b>501.608.884,20</b>	<b>370.349.147,71</b>	<b>145.616.247,17</b>

**Quadro 14: Depósitos judiciais dos próprios entes.**

Os saques estão limitados a 80% (Lei 10.482/2002) e a 70% (LC 151/2015 e Lei 10.482/2002), mantendo-se um Fundo de Reserva, que vem sendo atualizado monetariamente em periodicidade mensal. Portanto, considerando os valores totais de depósitos judiciais em poder dos mencionados entes federados, que totalizam R\$ 999.060.014,41, o saldo da conta Depósitos Judiciais Ajustado é de R\$ 6.602.413.458,18. Salienta-se que os referidos recursos, liberados com base na EC 94/2016 e demais dispositivos legais, não foram depositados em contas dos Municípios e do Poder Executivo, mas transferidos para as contas especiais de precatórios, controladas pelo Poder Judiciário.

A conta Outras Obrigações a CP totaliza R\$ 263.341.274,40 está detalhada no Quadro 15.

Contas	31/12/2018	31/12/2017
Restituição de Despesas com Precatórios ao Tesouro	2.811.889,06	-
Adiant. p/Pagamentos de Precatórios Regime Especial	260.529.385,34	363.438.851,83

**Quadro 15: Outras obrigações de Curto Prazo.**

A conta Restituição de Despesas Com Precatórios ao Tesouro se refere a valores atribuídos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), como de responsabilidade do Judiciário e a conta Adiantamentos para Pagamento de Precatórios do Regime Especial, a valores depositados pelo Tesouro do Estado, à disposição do Judiciário.

Nas contas do Patrimônio Líquido foram realizados ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 38.596,74, referentes à reincorporação de bens móveis, baixados indevidamente em exercícios anteriores, conforme o Processo Administrativo SPA 56142/2016 (doc. 94907/2018).

### 3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

Este demonstrativo apresenta o resultado do período, considerando receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas) pelo regime de competência. As variações estão divididas em quantitativas e qualitativas. O quadro 16 apresenta este demonstrativo referente aos exercícios de 2018 e 2017.





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)</b>	<b>2.198.836.843,55</b>	<b>2.837.070.465,81</b>
Cessão do direito de operacionalização da folha de pessoal	4.845.166,08	5.284.939,52
Remuneração de Dep. Bancários e Aplicações Financeiras	116.189.313,49	226.921.920,30
Variações Monetárias e Cambiais	-	4.946.172,87
Transferências Intragovernamentais	2.056.050.862,82	2.511.341.674,86
Outras Transferências e Delegações Recebida	19.482.663,60	32.086.819,87
Ganhos com Incorporação de Ativos	2.347,24	-
Ganhos com Alienação de Ativos	-	-
Desincorporação de Passivos	33.003,79	-
Multas Administrativas	92.220,70	227.888,77
Indenizações e Restituições	2.141.265,83	680.349,62
Fatos Geradores Diversos	-	55.580.700,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)</b>	<b>2.310.848.966,64</b>	<b>2.848.166.544,27</b>
Pessoal e Encargos	1.504.011.271,60	1.519.576.600,03
Remuneração a Pessoal	1.008.051.542,61	996.260.086,39
Encargos Patronais	238.759.709,53	212.480.181,42
Benefícios a Pessoal	144.022.244,33	156.078.740,15
Outras Variações - Pessoal e Encargos	113.177.775,13	154.757.592,07
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	270.843.365,21	245.885.948,35
Uso de Material de Consumo e Serviços	102.645.772,36	125.894.475,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	42.586.173,13	37.030.606,19
Juros, Encargos de Mora, Variações Monetárias e Cambiais	423.660,64	3.337.175,41
Transferências e Delegações Concedidas	297.473.712,92	852.206.378,84
Transferências Intragovernamentais	293.816.779,28	849.441.862,79
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.656.933,64	2.764.516,05
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18.887.245,41	3.394.145,58
Perdas com Alienação	89.640,96	-
Perdas Involuntárias	1.976,92	373.070,82
Incorporação de Passivos	-	465.032,22
Desincorporação de Ativos	18.795.627,53	2.556.042,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.178,33	71.242,65
Premiações	560,00	14.897,00
Indenizações e Restituições	57.571.989,24	45.675.068,42
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	16.346.037,80	15.080.006,69
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>- 112.012.123,09</b>	<b>- 11.096.078,46</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Incorporação de Ativo	13.394.883,31	46.103.532,08
Desincorporação de Ativo	746.302,20	

**Quadro 16: Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).**

Observa-se que as receitas patrimoniais (VPA) diminuíram 22,5% em relação a 2017. As receitas que sofreram maior queda foram as transferências intragovernamentais, remuneração de depósitos bancários e outras transferências e delegações recebidas. As transferências intragovernamentais recebidas em 2018 e 2017 estão demonstradas no Quadro 17.

Descrição	2018	2017	Perc.
Participação na Receita Líquida Disponível	1.531.719.937,17	1.419.028.628,77	8%
Participação na Receita Fundo Pró-Emprego	3.125.684,19	4.406.798,61	-29%
Indenizações e restituições	2.073.128,98	643.994,17	222%
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	261.059.899,61	238.518.799,88	9%
Transf. para pagamento de precatórios do Estado	92.099.810,50	509.167.194,21	-82%
Transf. entre contas bancárias	165.972.402,37	100.407.915,51	65%
<b>Total</b>	<b>2.056.050.862,82</b>	<b>2.511.341.674,86</b>	<b>-10%</b>

**Quadro 17: Transferências intragovernamentais.**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Verifica-se que, nessa conta, houve queda de 10% em relação ao exercício anterior, devido, principalmente, à diminuição no repasse de valores para o pagamento de precatórios, da participação na receita do Fundo Pró-Emprego. Nessa análise, foram desconsiderados os valores contabilizados como transferências intragovernamentais em 2017 e como receitas próprias em 2018, haja vista a mudança de critério no registro das receitas.

As receitas patrimoniais (VPA) demonstradas na DVP, no total de R\$ 2.198.836.843,55, apresentam registros permutativos entre receitas e despesas e outros que se referem a precatórios, os quais estão demonstrados no Quadro 18.

Descrição	Valor em R\$
Remuneração de Aplicações Financeiras ref. à conta de precatórios do Estado	18.874.231,48
Transferências Intragovernamentais	273.626.423,47
Devolução de Participação na Receita Líquida Disponível	13.481.081,62
Transf. para pagamento de precatórios do Estado	92.099.810,50
Indenizações e restituições	2.073.128,98
Transf. entre contas bancárias	165.972.402,37
Ganhos com Incorporação de Ativos (reincorporação)	2.347,24
Desincorporação de Passivos	33.003,79
Indenizações e Restituições	1.316.124,33
<b>Total</b>	<b>293.852.130,31</b>

**Quadro 18: Exclusões das receitas patrimoniais (VPA).**

Portanto, considerando essas deduções, as receitas efetivas decorrentes de transferências intragovernamentais constam no Quadro 19.

Descrição	Valor em R\$	Perc.
Cessão do direito de operacionalização da folha de pessoal	4.845.166,08	0,25%
Remuneração de aplicações financeiras	97.315.082,01	5,11%
Transferências intragovernamentais líquidas	1.782.424.439,35	93,57%
Participação na Receita Líquida Disponível	1.518.238.855,55	79,70%
Participação na Receita Fundo Pró-Emprego	3.125.684,19	0,16%
Descentralização de recursos para pagamento de inativos	261.059.899,61	13,70%
Transferências de bens e doações recebidas	19.482.663,60	1,02%
Outras receitas - multas contratuais, indenizações e restituições	917.362,20	0,05%
<b>Total</b>	<b>1.904.984.713,24</b>	<b>100,0%</b>

**Quadro 19: VPA - Receitas patrimoniais efetivas.**

Observa-se que as transferências intragovernamentais líquidas representam 93,57% das receitas patrimoniais (VPAs) efetivas, entre as quais, destaca-se a participação na receita do Estado, com 79,70%. Os recursos recebidos do Fundo Financeiro para o pagamento de inativos representam 13,70% do total, enquanto, os rendimentos de aplicações financeiras, 5,11%.

As variações patrimoniais diminutivas (VPD) ou despesas patrimoniais, apresentadas na DVP, totalizam R\$ 2.310.848.966,64, conforme demonstrado no quadro 20. Porém, há registros permutativos que devem ser excluídos, a fim de identificar os itens que realmente compõem as despesas dessa unidade gestora.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

<b>Descrição</b>	<b>Valor em R\$</b>
Transferências Intragovernamentais	293.816.779,28
Devolução de RLD	13.481.081,62
Transf. entre contas bancárias	165.972.402,37
Precatórios do Regime Especial	112.290.166,31
Indenizações e Restituições - Reciprocidade Receita	2.073.128,98
Juros, Encargos de Mora, Variações Monetárias e Cambiais	423.660,64
VPD Decorrente de Fatos Geradores Diversos	16.346.037,80
RQ Precatórios	68.461,40
Participação na RLD (fato permutativo)	16.277.576,40
<b>Total das Exclusões</b>	<b>310.586.477,72</b>

**Quadro 20: Exclusões das despesas patrimoniais (VPA).**

Portanto, considerando as exclusões das receitas patrimoniais (VPAs) e das despesas patrimoniais (VPDs), o resultado operacional do Tribunal de Justiça no exercício 2018 está demonstrado no Quadro 21.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Perc.</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>1.904.984.713,24</b>	<b>1.927.156.145,34</b>	<b>-1%</b>
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.845.166,08	5.284.939,52	-8%
Remuneração de Dep. Bancários e Aplic. Financeiras	97.315.082,01	226.921.920,30	-57%
Transferências Intragovernamentais	1.782.424.439,35	1.661.954.227,26	7%
Outras Transf. e Deleg. Recebidas (bens em doação)	19.482.663,60	32.086.819,87	-39%
Multas Administrativas	92.220,70	227.888,77	-60%
Indenizações e Restituições	825.141,50	680.349,62	21%
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.000.262.488,92</b>	<b>1.980.307.784,12</b>	<b>1%</b>
Pessoal e Encargos	1.504.011.271,60	1.519.576.600,03	-1%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	270.843.365,21	245.885.948,35	10%
Uso de Material de Consumo e Serviços	102.645.772,36	125.894.475,11	-18%
Depreciação, Amortização e Exaustão	42.586.173,13	37.030.606,19	15%
Juros e Variações Monetárias e Cambiais	-	284,74	-
Transferências e Delegações Concedidas	3.656.933,64	2.764.516,05	32%
Desv. e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	18.887.245,41	3.394.145,58	456%
Perdas com alienação de ativos	89.640,96	-	-
Perdas Involuntárias	1.976,92	373.070,82	-99%
Desincorporação de Ativos	18.795.627,53	2.556.042,54	635%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.178,33	71.242,65	-17%
Premiações	560,00	14.897,00	-96%
Indenizações e Restituições	57.571.989,24	45.675.068,42	26%
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>(95.277.775,68)</b>	<b>(53.151.638,78)</b>	<b>79%</b>

**Quadro 21: DVP Ajustada.**

Verifica-se que o resultado patrimonial do período foi negativo em R\$ 95.277.775,68, pois as despesas superaram as receitas em 5%. Além disso, o aumento desse resultado em relação ao exercício anterior foi de 79%. As despesas que mais cresceram foram os benefícios e indenizações pagas a magistrados e servidores e a desincorporação de bens por inservibilidade. Por outro lado, as receitas decorrentes da remuneração de aplicações financeiras e de bens recebidos em doação sofreram queda considerável.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### 3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa

Esta demonstração apresenta as entradas e saídas financeiras durante os dois últimos exercícios. Os fluxos estão segmentados em atividades operacionais e de investimentos, conforme se demonstra no Quadro 22.

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$	
	2018	2017
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>2.177.242.037,60</b>	<b>2.511.341.674,86</b>
Receitas derivadas e originárias	121.191.174,78	-
Outros ingressos operacionais	2.056.050.862,82	2.511.341.674,86
<b>Desembolsos</b>	<b>2.371.940.461,94</b>	<b>2.147.676.342,95</b>
Pessoal e demais despesas	1.963.585.793,22	1.849.593.137,09
Transferências concedidas	228.901.184,73	194.334.012,95
Outros desembolsos operacionais	179.453.483,99	103.749.192,91
<b>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(194.698.424,34)</b>	<b>363.665.331,91</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>746.302,20</b>	-
Alienação de bens	746.302,20	-
<b>Desembolsos</b>	<b>18.142.194,58</b>	<b>46.119.880,52</b>
Aquisição de ativo não circulante	6.561.479,35	16.219.142,91
Outros desembolsos de investimentos	11.580.715,23	29.900.737,61
<b>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos</b>	<b>(17.395.892,38)</b>	<b>(46.119.880,52)</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(212.094.316,72)</b>	<b>317.545.451,39</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	732.823.756,97	415.278.305,58
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	520.729.440,25	732.823.756,97
<b>RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS</b>		
Receita Patrimonial	4.845.166,08	-
Remuneração das Disponibilidades	116.189.313,49	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	156.695,21	-
<b>Total das Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>121.191.174,78</b>	-
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS</b>		
Intragovernamentais	228.901.184,73	194.334.012,95
Outras transferências correntes concedidas	-	-
<b>Total das Transferências Correntes Concedidas</b>	<b>228.901.184,73</b>	<b>194.334.012,95</b>
Judiciária	1.487.326.260,81	1.443.315.433,72
Previdência Social	261.059.899,61	238.518.799,88
Encargos Especiais	215.199.632,80	167.758.903,49
<b>Total Desembolsos Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>1.963.585.793,22</b>	<b>1.849.593.137,09</b>

Quadro 22: Demonstração do Fluxo de Caixa.

Observa-se que em 2018 os ingressos foram inferiores aos desembolsos. Assim, o resultado líquido das atividades operacionais ficou negativo em R\$ 194,7 milhões. No exercício anterior, esse resultado foi positivo em R\$ 363,7 milhões. Apesar de ter ocorrido o ingresso de recursos de investimentos em 2018, no valor de R\$ 746 mil, os desembolsos ultrapassaram os R\$ 18 milhões, resultando um fluxo de caixa líquido negativo de R\$ 17,4 milhões. Observa-se que a geração líquida de caixa em 2017 foi positiva em 317,5 milhões, mas, em 2018 foi negativa em R\$ 212 milhões. É relevante, ainda, informar que os recursos da fonte extraorçamentária (9999) não estão contemplados nesse demonstrativo. Se tais recursos fossem considerados, os saldos da conta Caixa e Equivalentes de Caixa Final, em 2018 e 2017, seriam respectivamente de R\$ 6,2 e R\$ 6,1 bilhões.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**4 Declarações de Regularidade de Inventário**

As declarações de regularidade do inventário dos materiais e bens móveis em almoxarifado e físico de bens móveis permanentes foram apresentadas com ressalvas, haja vista a existência de inconsistências ou irregularidades. As providências estão sendo tomadas administrativamente, conforme informações extraídas desses documentos.

**ELLEN WHITE BAIENSE CONCENÇO**  
Contadora do Tribunal de Justiça  
CRC 021875